



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	30. JAN. 1980	CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Freitas do Amaral no regresso de Estrasburgo

“Terceiro-mundismo é capa de defesa do pró-sovietismo”

• “Lamentáveis as declarações de Melo Antunes”

O Governo português entende que “o momento internacional actual é de crítica à União Soviética e não àqueles que a condenam” — afirmou ontem Freitas do Amaral à chegada de Estrasburgo, onde esteve durante três dias para apresentar no Parlamento Europeu o relatório do comité de ministros do Conselho da Europa. O ministro dos negócios estrangeiros e vice-ministro português, referindo-se às intempestivas declarações produzidas por Melo Antunes, considerou-as “estranhas” e “lamentáveis”. Desta maneira, Freitas do Amaral apontou não ser da competência do Conselho da Revolução ou dos seus membros “pronunciar-se publicamente” sobre a política externa portuguesa.

“O Governo não abdica do seu direito de conduzi-la como entender mais conveniente aos interesses nacionais e dentro do programa aprovado no Parlamento” — acrescentou o vice-primeiro-ministro, ao lembrar que quase todos os países islâmicos “criticaram severamente” a Rússia nos casos do Afeganistão e de Sakharov. E perguntou “se temos entre nós personalidades mais terceiro-mundistas do que os próprios países do Terceiro Mundo”. Recordando os exemplos de países comunistas como a China, Roménia e Jugoslávia, que se pronunciaram contra “as atitudes condenáveis da URSS”, Freitas do Amaral pôs em questão se “o terceiro-mundismo é afinal capa da defesa do pró-sovietismo”.

Para Freitas do Amaral, o Governo não deseja de modo nenhum regressar à guerra-fria. Contudo, entende que a détente “não pode ser um movimento unilateral”, devendo “acabar o conceito pró-soviético” da mesma, segundo o qual “é ao Ocidente que cabe sempre recuar e à URSS avançar sempre mesmo com violação do direito inter-

nacional”. Reafirmando claramente uma política externa pró-europeia e pró-ocidental, Freitas do Amaral acrescentou que se ela “é motivo de escândalo para alguns em Portugal, então isso vem demonstrar que ela estava a ser utilizada até aqui, ilegítimamente, por alguns, contra os interesses de Portugal e do mundo ocidental e a favor dos interesses soviéticos”. Para aquele membro do Executivo, “se isso era assim ou alguma vez foi”, tal “não volta a acontecer”.

Nas declarações à Imprensa, no aeroporto da Portela, Freitas do Amaral rejeitou formalmente as acusações marxistas ao Governo sobre o caso de Lurdes Pintassilgo e “a má fé da sua equiparação, mesmo relativa, ao caso de Sakharov”. Para o responsável da pasta dos Negócios do Estrangeiro, o caso de Sakharov “é suficientemente sério e dramático” para sobre ele “se fazerem especulações desviadas e distorcidas”. Aliás, a situação da engenheira Lurdes Pintassilgo “não tem a menor repercussão internacional” — concluiu.

Freitas do Amaral relatou o acontecido no Parlamento do Conselho da Europa, quando um socialista portu- quis fiar ao internacionalista. Mantinha intoleravelmente a questão de Lurdes Pintassilgo, o que levou um deputado francês, no meio do aplauso e do riso geral, a dizer que não devia confundir-se o Reno com o Tejo, levantando-se problemas que poderiam interessar ao Parlamento português, mas não ao europeu. Neste sentido, o vice-primeiro-ministro português considerou “lamentáveis as declarações de Melo Antunes”, que, acrescentou, vivendo “num país onde não há, felizmente, casos Sakharov”, pode criticar o Governo “à vontade quantas

vezes entender, que o Governo responder-lhe-à”. Como Melo Antunes “foi o principal inspirador da anterior política externa portuguesa, quanto mais criticar o Governo, mais o Governo sentirá que está a seguir o caminho certo” — frisou.

Quanto à chamada conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, a realizar em Março, em Madrid, Freitas do Amaral disse não ter qualquer ideia de propor o seu adiamento, nem dela prescindir “por agora”, mas “se se realizar, será certamente uma ocasião de chamar à responsabilidade a URSS, que não cumpriu a acta de Helsínquia”. Quanto à nacionalização das acções do Estado angolano na



Dialap, em Lisboa, versus nacionalização da Diamang em Angola, Freitas do Amaral disse que, embora a “orientação genérica” do Governo português “seja a de desenvolver as melhores relações”, isso “não pode impedir que Portugal reaja a actos” que considere “negativos para o nosso País”.